

**ACTA N ° 03 / AM /2009**

**ACTA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E NOVE.**-----

Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e nove, reuniu pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

**-----ORDEM DO DIA:-----**

- 1. Expediente.**-----
- 2. Actas.**-----
- 3. Cuidados de Saúde no Município.**-----
- 4. Eleição para Assembleia Intermunicipal da CIMAL.**-----
- 5. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**-----
  - a) **Prestação de Contas de 2008;**-----
  - b) **Alteração ao Regulamento dos Serviços Municipais e Organograma;**-----
  - c) **1ª Alteração ao Mapa de Pessoal;**-----
  - d) **Proposta de Alteração do Regulamento Municipal do Serviço de Abastecimento de Água – Criação de uma Tarifa especial para famílias numerosas;**-----
  - e) **Proposta de Alteração do Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos - Criação de uma Tarifa especial para famílias numerosas;**-----
  - f) **Auditório Municipal – Atribuição da designação “Auditório António Chainho;**-----
  - g) **Alteração dos estatutos da AMAGRA – Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente;**-----
  - h) **Declaração de Interesse Público do equipamento religioso a construir no Loteamento Municipal da Igreja, em Santiago do Cacém, para efeitos de cedência de terreno, por ajuste directo, à Fábrica da Igreja Paroquial de Santiago do Cacém;**-----
  - i) **Desafectação do domínio público de uma parcela de terreno com a área de 18 m2, para anexar ao prédio urbano nº 161, sito no Bairro da Atalaia Norte, na Cidade de Vila Nova de Santo André;**-----
  - j) **Desafectação do domínio público de uma parcela de terreno com a área de 18 m2, para anexar ao prédio urbano nº 162, sito no Bairro da Atalaia Norte, na Cidade de Vila Nova de Santo André;**-----
  - k) **Desafectação do domínio público de uma parcela de terreno, designada por Parcela A, com a área de 40,50 m2, destinada a ser anexada aos módulos 24, 25 e 26, sito na Zona Comercial de Alvalade;**-----
  - l) **Alienação em Hasta Pública do Loteamento Municipal “Nova Lezíria” sito em Vila Nova de Santo André.**-----
- 6. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA.**-----

**Efectuada a chamada verificou-se estarem presentes os Membros:** Sérgio Baptista Pereira Bento, Alexandre António Cantigas Rosa, Maria Olímpia Lampreia Silva, Carlos Manuel Lourenço Pereira Dias, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, José Adelino Cardoso Cintrão, Nuno Alexandre Vilhena Braz, António Gonçalves Pereira, José Élio Sucena, Sandra Maria Brás Coelho, António João Antunes Isidoro, Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, João Saraiva de Carvalho, Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, Fernando Augusto Pereira de Sousa, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, António Albino, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos. -----

**Não compareceram os membros:** José Augusto Sabino Diogo, Margarida Isabel de Matos Pereira, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Igor Filipe Almeida Guerreiro, José Joaquim Catalino dos Santos, Jaime António Pires de Cáceres e Armando Vítor Rodrigues Climas. -----

**Verificou-se ainda a presença,** do senhor Presidente da Câmara Municipal, Vitor Manuel Chaves de Caro Proença, e dos senhores Vereadores M<sup>a</sup> Margarida Costa Santos, José Rosado, Álvaro Beijinha e M<sup>a</sup> dos Anjos Polícia. -----

**Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:**-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** -----

O senhor Presidente colocou para apreciação da Assembleia os pedidos de suspensão apresentados respectivamente, pela senhora Margarida Isabel Matos Pereira e pelo senhor Igor Filipe Almeida Guerreiro eleitos da CDU, aos quais não foram levantadas objecções. -----

O senhor Presidente procedeu, de imediato, à sua substituição pelos membros da mesma lista convocados para o efeito, senhores António Brites Afonso e Maria Madalena da Costa Belo Pisco, respectivamente. -----

O Senhor Presidente informou ainda que o senhor José Joaquim Catalino dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Abela, e o Senhor Jaime António Pires de Cáceres, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, seriam representados na reunião, pelos seus substitutos legais, senhor Albano Mestre e senhora Ângela Matias, respectivamente.-----

-----**NOMEAÇÃO “AD HOC” DO 2º SECRETÁRIO** -----

Verificando-se a ausência da senhora 2<sup>a</sup> Secretária, o senhor Presidente nomeou “ad hoc”, para a substituir, o senhor António Brites Afonso.-----

-----**ALTERAÇÃO À ORDEM DO DIA**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que fundamentou a urgência do pedido de inclusão dos seguintes assuntos na ordem do dia:

“ **Constituição de direito de superfície – Associação Humanitária dos Bombeiros de Alvalade.**-----

**. Atribuição de Medalhas de Mérito Municipal.”**-----

O senhor Presidente submeteu a **proposta** à apreciação e votação da Assembleia, a qual aprovou, por unanimidade, a **inclusão** daqueles **assuntos**, aos quais foram atribuídas as letras **m)** e **n)** respectivamente, do ponto 5.

#### **CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM**

O senhor João Saraiva de Carvalho solicitou informação sobre o ponto de situação relativo à aprovação daquele documento.

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que depois do ponto de situação que fez na última sessão da Assembleia Municipal a evolução não foi significativa, dado que está por resolver a questão de fundo com a qual a Câmara Municipal discorda, a qual se prende com o encerramento de escolas com menos de vinte alunos, a qualquer preço, sem ter em linha outras condições que possam relevar para que as mesmas continuem a funcionar.

Acrescentou que depois de várias insistências conseguiu, finalmente, acordar um encontro com o Senhor Director Regional de Educação para debater o assunto.

#### **SEGURANÇA RODOVIÁRIA**

O senhor Francisco Roque chamou a atenção para a reposição de pavimentos e para a pintura de passadeiras na Cidade de Vila Nova de Santo André, em zonas que oferecem algum perigo.

Referiu também a questão do transporte de mercadorias perigosas nos perímetros urbanos do Município, cuja Postura, condicionando o seu atravessamento por viaturas que transportam aquele tipo de materiais, foi aprovada na sessão anterior da Assembleia Municipal, questionando se do ponto de vista legal a competência para a colocação da sinalização correspondente àquela proibição era da empresa Estradas de Portugal ou da Câmara Municipal.

#### **Proposta de Moção**

Pela senhora Paula Lopes, foi apresentada a seguinte proposta de Moção:

“A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém reunida em Sessão ordinária no dia 30 de Abril de 2009, ao tomar conhecimento de que a empresa Estradas de Portugal, S.A., retirou abusivamente 22 sinais de trânsito, de um total de 33 colocados pela Câmara Municipal, relativos à proibição de circulação de viaturas de transporte de mercadorias perigosas nos perímetros urbanos do Município, delibera:

1. Condenar a absoluta despreocupação e desprezo da Sociedade Anónima Estradas de Portugal, S.A. para com a segurança dos cidadãos do nosso Município em matéria de protecção civil ao pretender impor a circulação livre de viaturas pesadas de transporte de matérias perigosas de grande risco e perigosidade pelo interior dos perímetros urbanos do Município de Santiago do Cacém, colocando em risco a vida de muitas centenas de pessoas;
2. Repudiar a acção da Sociedade Anónima Estradas de Portugal S.A. que, pela calada da noite de 3 para 4 de Abril, executou a destruição, arranque e apropriação de mais de duas dezenas de sinais que materializavam a entrada em vigor de uma Postura Municipal de Trânsito aprovada, por unanimidade, pela Assembleia Municipal em 27702/2009 sob proposta da Câmara Municipal, após período de discussão pública, e que tinha merecido o acordo e compromisso escrito da Estradas de Portugal, em colaborar na concretização da medida;
3. Apoiar todas as acções da Câmara Municipal, desde logo a queixa-crime apresentada, em nome do Município, em 17/04/2009, ao Ministério Público,

bem como outros procedimentos junto de órgãos de soberania, instituições diversas e opinião pública com vista a obrigar a Sociedade Anónima Estradas de Portugal, S.A. a repor os bens públicos municipais furtados de forma a cumprir o principal objectivo da Postura Municipal de Trânsito: a segurança dos cidadãos e o desvio do transporte de mercadorias perigosas pelas diversas estradas alternativas. -----

Desta deliberação deverá ser dado conhecimento a:-----

- Presidência da República. -----
- Governo: -----
- Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações; -----
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres;-----
- GNR.-----
- Conselho Municipal de Segurança. -----
- Associações de Bombeiros. -----
- Empresas que estiveram envolvidas no Processo – GALP, REPSOL, outras (incluindo A Estradas de Portugal).-----
- Assembleia da República e Grupos Parlamentares.-----
- Órgãos de Comunicação Social.”-----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o senhor Jorge Pinela, começando por referir que há transportadoras que têm dúvidas relativamente aos acessos alternativos, acrescentando que algumas chegaram a colocar a hipótese de cortar o abastecimento de combustível ao Município.-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que fez todo o historial do processo que levou à criação da Postura de Trânsito em causa, começando por referir que o mesmo teve início no ano de dois mil e três, tendo em conta a perigosidade existente no atravessamento de viaturas com matérias perigosas, nomeadamente da Cidade de Santiago do Cacém e da Vila de Cercal do Alentejo, o que levou a que o Conselho Municipal de Segurança aprovasse uma recomendação à Câmara Municipal no sentido de vir a condicionar aquele tipo de transporte. Acrescentou que na altura estava bem presente o sucedido em Tarragona onde morreram trezentas pessoas em resultado de um acidente com um camião que transportava aquele tipo de carga, assim como o acidente com um camião que transportava etileno, o qual teve lugar junto à povoação da Sonega.-----

Mais informou que este assunto foi analisado com a Direcção Geral de Viação e a Empresa Estradas de Portugal e que ambas as entidades concordaram com aquela medida, tendo em conta que estava em causa a segurança das populações, passando o processo a ser coordenado com as mesmas, conforme troca de correspondência que teve lugar ao longo do tempo, de cujo conteúdo deu conhecimento, através da qual foi indicado o tipo de sinalização que a Câmara Municipal deveria adquirir, ficando também acordado que a Câmara Municipal colocaria os sinais nos perímetros urbanos e a Estradas de Portugal fora dos mesmos. -----

Informou também que a Câmara Municipal reuniu com as empresas do complexo Industrial de Sines (Galp e Repsol), com vista à materialização daquela Postura, não tendo sido levantadas objecções. Contudo, informou que quando as operadoras foram notificadas da entrada em vigor da Postura de Trânsito, a empresa Galp energia solicitou uma reunião à Câmara Municipal, onde levantou problemas de ordem ambiental, com o argumento de que os trajectos alternativos obrigariam a aumento muito significativo de quilómetros. Acrescentou que lembrou aos responsáveis daquela empresa que havia legislação europeia no sentido de desviar dos perímetros urbanos o transporte de

matérias perigosas, ao mesmo tempo que questionou, se as preocupações eram somente por questões ambientais ou teriam também a ver com questões comerciais. -----  
Mais informou que, passados cinco minutos daquela reunião terminar, por mera coincidência ou não, a empresa Estradas de Portugal solicitou uma reunião à Câmara Municipal, para dizer que não podia colocar os sinais de pré-sinalização, para o qual necessitariam duma autorização do Ministro da Tutela, e que tinham dúvidas sobre a competência da Autarquia para colocar os sinais nos perímetros urbanos. Perante a situação criada, solicitou àquela empresa que remetesse um parecer jurídico que fundamentasse a sua argumentação, o que não veio a acontecer. -----  
Informou ainda que numa segunda reunião com a Galp energia, esta empresa queria analisar com a Câmara Municipal uma moratória, a qual consistiria na fixação de um determinado horário e número de camiões que poderiam atravessar os perímetros urbanos. Solicitou que o assunto fosse colocado à Câmara Municipal, por escrito, para posterior análise. -----  
Mais informou que, posteriormente, na noite de três de Abril, foi alertado por alguns munícipes que numa viatura identificada com o logótipo da empresa Estradas de Portugal andavam elementos que procediam ao arranque dos sinais colocados pela Câmara Municipal, acção que se prolongou pela madrugada dentro, tendo os Serviços Municipais apurado que foram arrancados vinte e dois sinais, alguns danificados, e levados não se sabe para onde. -----  
Acrescentou que, no dia seis de Abril, chegou à Câmara Municipal uma carta daquela empresa, informando que ia mandar arrancar os sinais (o que já tinha feito), pelo que, a Câmara Municipal remeteu ofício à EP referindo a situação e dando um prazo, até 15 de Abril, para que a mesma mandasse repor os sinais. Contudo, até ao dia dezassete de Abril, não chegou qualquer resposta nem aquela empresa procedeu à reposição dos sinais. -----  
Informou ainda que, tendo em conta o exposto, a Câmara Municipal apresentou uma queixa-crime ao Ministério Público contra a Estradas de Portugal, SA. -----  
Deu igualmente conhecimento que a Estradas de Portugal pediu, recentemente, uma reunião com a Câmara Municipal e as empresas operadoras. Pedido que foi analisado em reunião de Câmara, onde foi acordado que a Câmara Municipal aceitava reunir com a EP, mas sem a presença das operadoras, com as quais a Câmara Municipal poderá reunir em qualquer altura. Posição que foi transmitida àquela empresa, pelo que, aguarda uma resposta. -----  
Informou ainda que os Deputados do Grupo Parlamentar do BE, já questionaram o Governo sobre esta situação, dando a conhecer o teor do requerimento. -----  
Mais informou que o Grupo Parlamentar do PCP solicitou uma reunião à Câmara Municipal para se inteirar melhor da situação. -----  
Interveio o senhor Arnaldo Frade, referindo que tendo em conta o que foi relatado, e, independentemente da natureza jurídica das questões que se possam colocar, aquela não era a forma correcta de tratar de qualquer assunto, considerando indigno e condenável o comportamento da empresa Estradas de Portugal. -----  
Mais referiu que a Assembleia Municipal ao aprovar, por unanimidade, aquela Postura de Trânsito, foi ao encontro das preocupações das populações, concorrendo desta forma para a sua qualidade de vida. -----  
Acrescentou que é importante que as partes concertem posições para a resolução dos problemas, de forma a diminuir os riscos para as pessoas. -----  
O senhor Fernando Pereira de Sousa referiu concordar com o que foi dito pelo senhor Arnaldo Frade na sua intervenção, acrescentando que, antigamente, algumas empresas

do complexo industrial de Sines, nomeadamente a Petrogal, efectuavam o transporte de mercadorias com meios próprios, enquanto, hoje, esse serviço passou a ser contratado a transportadoras. -----

Mais referiu considerar caricato o argumento da Galp energia sobre as preocupações ambientais, quando a sua preocupação terá mais a ver com a questão dos custos, acrescentando que a mesma quando foi contactada sobre o condicionamento do transporte nos perímetros urbanos, deveria ter colocado os problemas relativos às alternativas. -----

Referiu ainda que votou conscientemente a Postura de Trânsito, mesmo sabendo que seria previsível que se iria criar uma situação deste tipo, porque a preocupação das operadoras tem também a ver com o receio de outros municípios seguirem o exemplo de Santiago do Cacém. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que a questão das vias alternativas foi estudada em conjunto com a empresa Estradas de Portugal, e que existem alternativas a todos os itinerários condicionados. -----

Acrescentou que a questão foi também abordada com as empresas Galp energia, e Repsol, as quais tinham manifestado a sua satisfação pela medida, porque, segundo afirmaram, comungavam das mesmas preocupações. Mais informou que algumas empresas do complexo industrial de Sines já tinham soluções alternativas. -----

Referiu ainda que o problema da Câmara Municipal não é com a Galp energia, mas com a Estradas de Portugal, SA, devido à sua actuação no processo que demonstrou uma grande falta de respeito pelo Poder Local e pelas regras elementares de um Estado de Direito. -----

O senhor Francisco Roque referiu que não está em causa o sentido da deliberação que foi tomada sobre o assunto, a qual traduz as preocupações dos órgãos municipais sobre a segurança das pessoas, acrescentando que questionou sobre o mesmo no sentido de obter uma melhor clarificação em matéria de competências, para se decidir qual deverá ser a intervenção da Assembleia Municipal. -----

Interveio o senhor Jorge Pinela, começando por referir que é importante a clarificação sobre a questão legal no que respeita às competências naquela matéria. -----

Mais referiu que lhe constou que as transportadoras pressionaram a empresa Galp energia sobre este assunto, dado que a implementação daquela Postura obrigará a um aumento dos percursos e dos transportes. -----

Referiu também que é de condenar a actuação da empresa Estradas de Portugal, e a forma como o fez, pela calada da noite, dado que, se achava que tinha razão e que eram suas as competências relativas àquela sinalização, deveria ter exigido à Câmara Municipal que retirasse os sinais. -----

Referiu ainda que o transporte de mercadorias perigosas deve ser desviado dos perímetros urbanos de Santiago do Cacém e do Cercal do Alentejo. -----

O senhor José Sucena manifestou solidariedade ao Executivo Municipal relativamente a este processo, e acrescentou que se sente ofendido como membro da Assembleia Municipal, pelo desrespeito demonstrado pela empresa EP relativamente à deliberação da mesma sobre aquela matéria, não compreendendo que tenha mandado, pela calada da noite, arrancar os sinais, comportamento que considerou não ser normal nem decente. --

O senhor Alexandre Rosa referiu subscrever a proposta de Moção, na generalidade, considerando que não cabe à Assembleia acusar aquela entidade de estar a pôr em perigo a segurança das pessoas, como é referido no ponto um da mesma. -----

O senhor José Sucena referiu que quando alguém contraria uma decisão como aquela, tomada por unanimidade, para evitar o perigo para os munícipes, está a por em causa a sua segurança. -----

O senhor Francisco Roque referiu compreender a posição do senhor Alexandre Rosa, por considerar que não se deve partir do pressuposto que a EP não se preocupa com a segurança dos cidadãos, embora no caso em apreço não tenha actuado em conformidade com essa preocupação. -----

Interveio o senhor Carlos Pereira Dias, referindo que a Câmara Municipal tem toda a razão neste processo. Acrescentou que a empresa Estradas de Portugal herdou a prepotência da Junta Autónoma das Estradas. -----

Mais referiu que irá votar contra a proposta de Moção por não a considerar oportuna, considerando que se deveria esperar pela decisão do Tribunal sobre esta matéria.-----

O senhor Fernando Pereira de Sousa e o senhor Vítor Paulo, propuseram duas alterações pontuais ao texto, as quais fora aceites pela proponente integrando a redacção do mesmo, acima transcrito.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta de Moção** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezanove votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU, senhores Sérgio Bento, Maria Olímpia Silva, Paula Lopes, Joaquim Gamito, António Gonçalves, José Sucena, António Afonso, João Saraiva de Carvalho, Maria Madalena Belo Pisco, Albano Mestre, Rui Madeira dos Santos, António Albino, Hélder Nunes, Vítor Barata, Ângela Matias, Joaquim Gonçalves, Pedro Gamito e Fernando Gonçalves Santos, e um do eleito do BE, senhor Francisco Roque. Sete abstenções, seis dos eleitos do PS, senhores Alexandre Rosa, Arnaldo Frade e Sandra Coelho, Fernando Pereira de Sousa e Alberto de Brito, e uma de um eleito do PSD, senhor Jorge Pinela. Três votos contra, de eleitos do PSD, senhores Carlos Pereira Dias, Alexandre Braz e António Isidoro. -----

#### **ERMIDAS – PAVIMENTOS E OUTROS ASSUNTOS** -----

O senhor Alberto de Brito referiu que a Junta de Freguesia está a repor alguns passeios, mas não tem meios humanos para repor os que são em calçada portuguesa, dado que a Junta não dispõe de Calceteiros. -----

Chamou a atenção para a necessidade de serem tapados alguns buracos nos pavimentos. Situação que se arrasta há cerca de um ano, quando bastariam dois ou três dias para resolver o problema. -----

Mais referiu que continua a aguardar a ida da varredoura àquela Freguesia.-----

Referiu ainda que a Junta de Freguesia já remeteu a relação relativa à publicidade com a indicação de quem pagou e dos que estão em falta, considerando que seria de elementar justiça para quem cumpre que se actuasse junto dos faltosos.-----

#### **MARCAÇÃO DAS SESSÕES DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS** -----

O senhor Alexandre Rosa referiu que alguns eleitos do PS na Assembleia Municipal não estiveram presentes na Sessão Ordinária de vinte e sete de Fevereiro de dois mil e nove, porque na mesma data teve lugar o Congresso do Partido Socialista. Acrescentou que aquela situação resultou do facto do senhor Presidente da Assembleia Municipal marcar as datas das sessões articulando as mesmas somente com o senhor Presidente da Câmara Municipal, não as concertando com as Forças Políticas com assento na Assembleia Municipal.-----

Acrescentou que o senhor Presidente da Assembleia lhe comunicou que só depois de ter marcado aquela Assembleia é que se apercebeu que a data coincidia com a realização do

Congresso do PS, e que consultado o representante do PSD não tinha havido condições para alterar a data da mesma, o que levou a uma redução das presenças dos eleitos do PS, problema que poderia ter sido evitado se houvesse a prática de uma consulta prévia, como atrás referiu. -----

Mais referiu que a Assembleia Municipal é constituída por eleitos que concorreram nas listas de partidos políticos, pelo que, considerou que deveria ser tida em conta os congressos nacionais das diferentes forças políticas nela representadas, a exemplo da Assembleia da República que não reúne quando têm lugar as jornadas parlamentares dos diferentes partidos. -----

Concluiu, referindo que deixava registada esta nota de desagrado por esta forma de funcionamento. -----

O senhor Presidente referiu que esta questão já tinha sido colocada outras vezes pelo senhor Alexandre Rosa, acrescentando que não existe qualquer disposição legal que obrigue à concertação referida. -----

Mais referiu que a data da Sessão Ordinária de Fevereiro teve em conta o dia da semana em que normalmente a Assembleia reúne, a última sexta-feira do mês, para possibilitar a inclusão de um maior número de propostas da Câmara Municipal. -----

Referiu ainda que, se fosse ter em conta as agendas dos presidentes das juntas de freguesia e dos restantes eleitos da Assembleia Municipal, dificilmente poderia responder a todos de forma satisfatória. -----

#### **SAUDAÇÃO AO 25 DE ABRIL E AO 1º DE MAIO**-----

Pelo senhor José Sucena, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentado o seguinte texto evocativo daquelas importantes datas históricas: -----

“Somos a memória que temos; sem memória não saberíamos quem somos, diz *Saramago*. -----

E a memória que temos enquanto Povo começa na resistência de quase cinco décadas à ditadura fascista, passa pelo espontâneo apoio aos militares do Movimento das Forças Armadas na 5ª Feira mais luminosa que nasceu em Portugal, pelo mar-nosso, outrora de conquista e lágrimas agora de júbilo e esperança, do grandioso primeiro 1º de Maio. ----

Mas a nossa memória também passa pela vontade colectiva e a luta que levou à consagração constitucional da defesa da independência nacional, da garantia dos direitos fundamentais para todos, do primado do estado de direito democrático, da construção dos caminhos para uma sociedade socialista no respeito da vontade do Povo Português, tendo em vista um país mais livre, mais justo e mais fraterno. -----

Saudamos, pois, os trinta e cinco anos d’ “o dia inicial inteiro e limpo/onde emergimos da noite e do silêncio”, como o cantou *Sophia*. -----

Saudamos também o 1º de Maio recordando, como disse *José Carlos Ary dos Santos* que “o que é preciso é termos confiança/se fizermos de Maio a nossa lança/isto vai meus amigos, isto vai.” -----

À crise interna que já sofriamos, em resultado da liquidação do nosso tecido produtivo, da diminuição real das pensões de reforma, das dificuldades de acesso à justiça, à saúde e ao ensino, dos baixos salários em troca da ilusão de sermos ricos ou remediados à custa do acesso fácil ao crédito especulativo, veio juntar-se a crise do sistema capitalista, mais vasta e determinante, que arrasta consigo ainda mais dificuldades e perda de direitos para a generalidade das pessoas. -----

A difícil situação em que vive hoje o Povo Português exige uma ruptura com as actuais políticas seguidistas e sem objectivos nacionais; uma política que, suportada na

memória que temos do 25 de Abril e do 1º de Maio, reconduza Portugal aos caminhos da construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno. -----  
E é possível. Saibamos nós ouvir e actuar ainda com mais premência agora que estão em marcha três campanhas eleitorais sobre as palavras de *Ary dos Santos*: -----  
“Levanta-te meu Povo. Não é tarde. /Agora é que o mar canta é que o sol arde/pois quando o Povo acorda é sempre cedo.” -----  
O senhor Alexandre Rosa felicitou o apresentador da saudação pelo texto apresentado, referindo registar com agrado grande parte do seu conteúdo. -----

## -----ORDEM DO DIA:-----

### **1. Expediente.**-----

Foi dado conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços da Assembleia Municipal desde a última Sessão Ordinária, em vinte e sete de Fevereiro de dois mil e nove, até vinte e oito de Abril de dois mil e nove, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número cinco, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

### **2. Actas.**-----

O senhor Presidente colocou para discussão e aprovação a **acta número dois**, da Sessão Ordinária de vinte e sete de Fevereiro de dois mil e nove, a qual foi **aprovada, por maioria**, com sete abstenções, dos senhores Alexandre Rosa, José Diogo, Sandra Coelho, Rui Madeira, Joaquim Gonçalves, Ângela Matias e António Afonso, por não terem estado presentes. -----

### **3. Cuidados de Saúde no Município.**-----

O senhor Presidente solicitou ao senhor Vítor Paulo, Coordenador da Comissão de Saúde da Assembleia Municipal, que fizesse o ponto de situação sobre o assunto, o qual começou por referir que a Comissão entende que se mantêm as condições indicadas no último relatório apresentado, e que deverá ser feita uma nova recolha de dados para análise da situação.-----

Mais referiu que a Comissão propõe a realização de uma Assembleia Municipal extraordinária para debater os problemas dos cuidados de Saúde no Município. -----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, sugerindo que fosse feito um esforço no sentido de serem convidados para aquela Sessão responsáveis do Ministério da Saúde, da ARS, do Hospital do Litoral Alentejano, dos Cuidados Primários de Saúde e Delegado de Saúde, que possam dar informações sustentadas sobre os problemas que forem colocados. -----

Interveio o senhor Rui Madeira, dando conta da situação criada com a saída do enfermeiro que prestava serviço na Extensão de Saúde de Alvalade, há cerca de quatro anos, o qual integrava uma equipa pluridisciplinar que tinha uma dinâmica que possibilitava a resolução dos problemas dos utentes com maior facilidade, tendo criado uma empatia muito positiva com as pessoas. Acrescentou não compreender como é possível por em causa um trabalho de tantos anos ao condicionar a passagem daquele profissional a efectivo com a mudança para outro Concelho. -----

Mais referiu que a solução alternativa que as entidades de Saúde encontraram é a ida de uma enfermeira àquela extensão de Saúde, três vezes por semana, o que é manifestamente insuficiente para a população de Alvalade.-----

Referiu ainda que se passou uma situação idêntica em Ermidas, com a saída da Enfermeira que ali prestava serviço. -----

Informou que a Junta de Freguesia já apresentou estas preocupações e o seu desagrado às entidades de Saúde, e que irá tomar medidas para que seja colocado um profissional de enfermagem, em permanência, naquela Vila, porque só assim poderão ser assegurados os cuidados mínimos de saúde à população.-----

O Senhor João Saraiva de Carvalho reforçou a proposta que já tinha feito na Sessão anterior da Assembleia Municipal, aquando do seu testemunho sobre o funcionamento das urgências do Hospital do Litoral Alentejano, de realização de uma Assembleia Municipal Extraordinária para tratar das questões de Saúde no Município, com a participação de profissionais e entidades da Saúde.-----

O senhor Francisco Roque referiu que seria positivo convidar também para aquela Sessão da Assembleia Municipal profissionais que prestam serviço nos diferentes equipamentos de saúde do Município.-----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que, a breve prazo, iria convocar uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal sobre os cuidados de Saúde no Município.-----

#### **4. Eleição para Assembleia Intermunicipal da CIMAL.**-----

Em conformidade com o previsto no artigo 11º da Lei nº 45/2008, de 27 de Agosto, o senhor Presidente convidou os membros da Assembleia Municipal, eleitos directamente, a apresentarem listas, para a eleição de cinco dos seus membros que irão integrar a Assembleia Intermunicipal da CIMAL.-----

Foi apresentada uma única lista que reuniu o consenso dos eleitos na Assembleia Municipal, das diferentes Forças Políticas nela representadas, composta pelos seguintes membros:-----

. **Sérgio Baptista Pereira Bento – eleito pela CDU.**-----

. **Paula Maria Daniel de Melo Lopes – eleita pela CDU.**-----

. **Alexandre António Cantigas Rosa – eleito pelo PS.**-----

. **Carlos Manuel Lourenço Pereira Dias – eleito pelo PSD.**-----

. **Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque – eleito pelo BE.**-----

O senhor Presidente colocou para votação a presente lista, por escrutínio secreto.-----

A **lista foi aprovada, por maioria**, com dezoito votos a favor e um voto contra.”-----

#### **PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS**-----

Atingidas que foram as vinte e quatro horas, o senhor Presidente propôs à Assembleia Municipal a continuação dos trabalhos, por mais meia-hora, conforme o previsto no Regimento.-----

A **proposta foi aprovada, por unanimidade.**-----

#### **5. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

##### **--- a) Prestação de Contas de 2008;**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA: 1.** Aprovar os Documentos de Prestação de Contas (Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexos às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão relativos a 2008, elaborados nos termos previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, Publicado em anexo ao Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro\*-----

**2.** Excluem-se do referido no ponto 1 os seguintes documentos:-----

a) Mapas de subsídios obtidos por não ter havido nenhum recebimento classificado como subsídio.-----

b) Mapas de activo de rendimento fixo e variável por não ter havido nenhum destes tipos de rendimentos no exercício. -----

c) Norma de controlo interno. Contudo, embora de forma não sistemática existem um conjunto de regras de funcionamento designadamente ao nível da tesouraria, do Fundo de Maneio (existe regulamento aprovado), das compras, do armazém, do controlo do imobilizado, que têm permitido a implementação do novo sistema contabilístico. -----

**FUNDAMENTOS: 1.** Conforme o disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo n.º.64 da Lei 169/99, de 18 Setembro, na redacção da Lei n.º. 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

**2.** De acordo com o capítulo III (notas técnicas) da resolução n.º. 4/2001, - 2ª. Secção publicada no D.R. n.º. 191 de 18 de Agosto, II Série.”-----

\* Documento que é dado como reproduzido na acta, com o número seis, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o senhor Presidente colocou a **proposta**, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e dois votos a favor, sendo dezoito, dos eleitos da CDU, senhores Sérgio Bento, Maria Olímpia Silva, Paula Lopes, Joaquim Gamito, António Gonçalves, José Sucena, António Afonso, João Saraiva de Carvalho, Maria Madalena Belo Pisco, Albano Mestre, Rui Madeira dos Santos, António Albino, Hélder Nunes, Vítor Barata, Ângela Matias, Joaquim Gonçalves, Pedro Gamito e Fernando Gonçalves Santos, e quatro dos eleitos do PSD, senhores Carlos Pereira Dias, Nuno Braz, António Isidoro e Jorge Pinela. -----  
Três votos contra, de eleitos do PS, senhores Alexandre Rosa, Arnaldo Frade e Sandra Coelho.-----

Quatro abstenções, três de eleitos do PS, senhores José Cintrão, Fernando Pereira de Sousa e Alberto de Brito, e do eleito do BE, senhor Francisco Roque. -----

**JUSTIFICAÇÕES DE VOTO:** Pelo senhor Arnaldo Frade, eleito do PS, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “ Voto contra, na medida em que a execução de dois mil e oito vem na linha do que tem acontecido nos anteriores anos do mandato, relativamente aos quais nos temos pronunciado. Há, concerteza, iniciativas positivas do ponto de vista global, mas continuamos a achar que é muito importante, do ponto de vista das intervenções ao nível das despesas de capital, que se vá mais além. -----  
Nem toda a despesa corrente é má, mas tendo em conta as debilidades do Concelho, não podemos descurar intervenções em infraestruturas que se mostram essenciais, basta lembrar que chega a haver localidades sem uma única rua alcatroada, ao fim de trinta e cinco anos de democracia.”-----

Esta declaração de voto foi subscrita pelos eleitos do PS, senhores Alexandre Rosa e Sandra Coelho. -----

Pela senhora Ângela Matias, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “No quadro economicamente difícil em que vive o Povo Português em geral e a população do município de Santiago do Cacém, em particular, provocado pelas políticas capitalistas e anti-sociais do Governo do Partido Socialista, reiteramos a nossa confiança na gestão CDU que demonstra capacidade e competência notórias para gerir este Município. -----

- Apesar da não transferência, em 2008, das receitas relativas à Derrama desse ano, regista-se um aumento da receita corrente de 5,57 %, valor este que aumentaria para 7,5%, se o atraso não se verificasse.-----

- Apesar de registar um decréscimo de 8,15 %, na realidade a receita de capital poderia ter diminuído apenas 4,2 %, se não houvesse um atraso significativo na transferência da

verba relativa ao Contrato-Programa da Quinta do Chafariz e esta tivesse entrado nos cofres da Câmara Municipal, como devia. -----

- A taxa de execução da receita situa-se nos 69,17%, mas teria valor mais elevado se a Administração Central não se tivesse atrasado na transferência das verbas devidas. -----

- Apesar das dificuldades financeiras com que o Município de Santiago do Cacém se depara, -----

. Conseguiu responder às necessidades e exigências da população para uma melhor qualidade de vida ao nível do apoio social, do ensino público gratuito (alargamento da rede do pré-escolar), da oferta cultural e desportiva, das preocupações ambientais, entre outras, que convergem para uma crescente necessidade de recursos humanos qualificados; -----

. Foi notória a sua intervenção na criação de dinâmicas económicas, geradoras de emprego, e apoio aos investidores, nomeadamente, através da criação de zonas empresariais; -----

. Destaca-se pela sua participação num conjunto vasto de iniciativas, destinadas a mobilizar financiamento em diversas áreas de acção, nomeadamente na requalificação urbana e na actividade económica e temática, que se consubstancia na sua liderança ou participação em candidaturas aos fundos comunitários. -----

É perante os factos evidentes que os eleitos da CDU, na Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, encontram as razões para expressar a sua aprovação aos Documentos de Prestação de Contas de 2008, apresentados pela Câmara Municipal.” ---

## SEGUNDO PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS -----

O senhor Presidente propôs a continuação dos trabalhos, por mais meia-hora, até à uma hora, conforme previsto no Regimento. -----

**A proposta foi aprovada, por unanimidade.** -----

**A partir deste momento, eram zero horas e trinta minutos, verificou-se a ausência do senhor José Adelino Cintrão.** -----

## --- b) Alteração ao Regulamento dos Serviços Municipais e Organograma -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta: -----

**“PROPOSTA: 1.** Aprovar a alteração ao Regulamento dos Serviços Municipais, de acordo com o texto anexo e respectivo Organograma.\* -----

**FUNDAMENTOS: De Facto:** Adequar a estrutura e a orgânica dos serviços municipais às alterações preconizadas com a abertura do Gabinete Municipal de Santo André e com a mudança de atribuições, da DOME para o SEPQ, no que diz respeito a processos de candidaturas a financiamentos externos. -----

**De Direito:** - De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 2 do Decreto Lei nº 116/84, de 6 de Abril, com as alterações introduzidas pela Lei nº 44/85 de 13 de Setembro, que estabelece os princípios a que obedece a organização dos serviços; -----

- Nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 53 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

- De acordo com o nº 1 do artigo 5º do Decreto Lei nº 116/84, de 6 de Abril, com as alterações introduzidas pela Lei nº 44/85, de 13 de Setembro.” -----

\* Documento que é dado como reproduzido na acta com o número sete, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o senhor Jorge Pinela, questionando se a alteração em apreço não iria trazer mais custos à Câmara Municipal, acrescentando que, tendo em conta a tendência de diminuição das receitas correntes e a crise económica, deveria haver mais alguma contenção nos mesmos. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que se trata apenas de uma questão formal, e de adequação do Regulamento à legislação em vigor. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, pelo que, o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezoito votos a favor dos eleitos da CDU, senhores Sérgio Bento, Maria Olímpia Silva, Paula Lopes, Joaquim Gamito, António Gonçalves, José Sucena, António Afonso, João Saraiva de Carvalho, Maria Madalena Belo Pisco, Albano Mestre, Rui Madeira dos Santos, António Albino, Hélder Nunes, Vítor Barata, Ângela Matias, Joaquim Gonçalves, Pedro Gamito e Fernando Gonçalves Santos.-----

Dez abstenções, sendo cinco dos eleitos do PS, senhores Alexandre Rosa, Arnaldo Frade e Sandra Coelho, Fernando Pereira de Sousa e Alberto de Brito, quatro dos eleitos do PSD, senhores Carlos Pereira Dias, Nuno Braz, António Isidoro e Jorge Pinela, e uma do eleito do BE, senhor Francisco Roque.” -----

-----  
**---c) 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal;**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA: 1.** Aprovar a 1ª alteração ao mapa de pessoal para o ano de 2009.\* -----

**FUNDAMENTOS: De Facto: 1.** Integração de uma unidade orgânica – O Gabinete Municipal de Santo André, representado e incorporando a previsão do pessoal que se estima necessário para a prossecução das suas atribuições e actividades. -----

**2.** Previsão de um novo posto de trabalho, carreira técnica superior, na área de formação de Engenharia Electrotécnica e de Computadores, na Divisão de Ordenamento do Território e Projecto.-----

**De Direito:** O artº 4 e 5 da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro”.-----

\* Documento que é dado como reproduzido na acta, com o número oito, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o senhor Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**”-----

-----  
**---d) Proposta de Alteração do Regulamento Municipal do Serviço de Abastecimento de Água – Criação de uma Tarifa especial para famílias numerosas;**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que a passou ao senhor Vereador José Rosado com competência delegada naquela área, o qual apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Aprovar a Alteração do Regulamento Municipal do Serviço de Abastecimento de Água, com a criação de uma Tarifa especial para famílias numerosas.\* -----

**FUNDAMENTOS: 1.** Na prossecução de uma política de gestão com preocupações de ordem social, pretende-se uma alteração ao tarifário da água, com a criação de uma tarifa especial para famílias numerosas. -----

**2.** A alteração do Regulamento foi submetida a apreciação pública no período de 2 de Março a 13 de Abril, não tendo havido contributos nem reclamações. -----

3. Em conformidade com a alínea a) do nº 6 e alínea a) do nº 7 do artigo 64 da Lei 169/99, de 15 de Setembro, na redacção da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

\* Documento que é dado como reproduzido na acta, com o número nove, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o senhor Presidente colocou a **proposta**, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e cinco votos a favor, sendo dezoito dos leitos da CDU, senhores Sérgio Bento, Maria Olímpia Silva, Paula Lopes, Joaquim Gamito, António Gonçalves, José Sucena, António Afonso, João Saraiva de Carvalho, Maria Madalena Belo Pisco, Albano Mestre, Rui Madeira dos Santos, António Albino, Hélder Nunes, Vítor Barata, Ângela Matias, Joaquim Gonçalves, Pedro Gamito e Fernando Gonçalves Santos, cinco dos eleitos do PS, senhores Alexandre Rosa, Arnaldo Frade e Sandra Coelho, Fernando Pereira de Sousa e Alberto de Brito, dois de eleitos do PSD, senhores Carlos Pereira Dias e Nuno Braz, e um do eleito do BE, senhor Francisco Roque. -----

Uma abstenção de um eleito do PSD, senhor António Isidoro. -----

Um voto contra de um eleito do PSD, senhor Jorge Pinela.”-----

-----  
**---e) Proposta de Alteração do Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos - Criação de uma Tarifa especial para famílias numerosas;** -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que a passou ao senhor Vereador José Rosado, com a competência delegada naquela área, o qual apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA: 1.** Aprovar a alteração do Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Santiago do Cacém, com a criação de uma Tarifa especial para famílias numerosas.\*-----

**FUNDAMENTOS: 1.** Na prossecução de uma política de gestão com preocupações de ordem social, pretende-se uma alteração ao tarifário de Resíduos Sólidos Urbanos com a criação de uma tarifa especial para famílias numerosas. -----

**2.** A alteração ao Regulamento foi submetida a apreciação pública no período de 2 de Março a 13 de Abril, não tendo havido contributos nem reclamações. -----

**3.** Em conformidade com a alínea a) do nº 6 e alínea a) do nº 7 do artigo 64 da Lei 169/99, de 15 de Setembro, na redacção da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

\* Documento que é dado como reproduzido na acta, com o número dez, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o senhor Presidente colocou a **proposta**, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e sete votos a favor, sendo dezoito dos leitos da CDU, senhores Sérgio Bento, Maria Olímpia Silva, Paula Lopes, Joaquim Gamito, António Gonçalves, José Sucena, António Afonso, João Saraiva de Carvalho, Maria Madalena Belo Pisco, Albano Mestre, Rui Madeira dos Santos, António Albino, Hélder Nunes, Vítor Barata, Ângela Matias, Joaquim Gonçalves, Pedro Gamito e Fernando Gonçalves Santos, cinco dos eleitos do PS, senhores Alexandre Rosa, Arnaldo Frade e Sandra Coelho, Fernando Pereira de Sousa e Alberto de Brito, quatro dos eleitos do PSD, senhores Carlos Pereira Dias, Nuno Braz, António Isidoro e Jorge Pinela, e um do eleito do BE, senhor Francisco Roque. -----  
Uma abstenção de um eleito do PSD, senhor Jorge Pinela.” -----

-----  
**---f) Auditório Municipal – Atribuição da designação “Auditório António Chainho;**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA: Atribuição da designação “Auditório Municipal António Chainho” ao Auditório (a inaugurar no mês de Maio).**

**FUNDAMENTOS: De Facto: 1.** Ser o guitarrista António Chainho uma figura da cultura portuguesa de origem do Município de Santiago do Cacém como se constata da nota biográfica em anexo para a qual nos remetemos e damos aqui por integralmente reproduzida.\* -----

**2.** Constituir a atribuição da designação proposta um importante simbolismo cultural para o Município. -----

**De Direito:** A legislação é omissa quanto ao procedimento de atribuição de nomes de figuras públicas a equipamentos culturais, todavia, por analogia, entende-se de fundamentar, com o disposto no artº 64 nº 1, alínea v) da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” -----

Documento que é dado como reproduzido na acta, com o número dez ponto 1, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Intervieram os senhores Arnaldo Frade, José Sucena, Carlos Pereira Dias e Jorge Pinela, os quais enalteceram a obra de António Chainho.” -----

Não houve mais inscrições para o uso da palavra, pelo que, o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada por unanimidade e aclamação.**”-----

-----  
**---g) Alteração aos Estatutos da AMAGRA - Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente;**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA: 1.** Aprovar a alteração dos estatutos da AMAGRA – Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente relativa ao número um do artigo segundo, que passa a ter a seguinte redacção:-----

**Artigo Segundo: “Sede e delegações”:** 1- A Associação tem sede no Largo Manuel Sobral, Edifício do GAT, 7570-132 Grândola, freguesia e concelho de Grândola, e poderá abrir delegações na área dos restantes municípios associados.-----

**FUNDAMENTOS:** De acordo com a alínea e) do nº 1 do artº 7 dos Estatutos da AMAGRA.” -----

O senhor Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o senhor Presidente a colocou, de imediato a votação, tendo a mesma sido **aprovada, por unanimidade.**”-----

-----  
**---h) Declaração de Interesse Público do equipamento religioso a construir no Loteamento Municipal da Igreja, em Santiago do Cacém, para efeitos de cedência de terreno, por ajuste directo, à Fábrica da Igreja Paroquial de Santiago do Cacém;**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA: 1.** Ceder à Fabrica da Igreja Paroquial de Santiago do Cacém, o lote de terreno inscrito na matriz sob o artigo 5 770º, descrito na C.R.P. sob a ficha n.º 2906/20080703 da freguesia de Santiago do Cacém, sito no Loteamento Municipal da Igreja, em Santiago do Cacém, em direito de superfície, à taxa 0, e pelo período de 70 anos, destinado à construção de um equipamento religioso.-----

2. Aprovar as condições de constituição do direito de superfície, documento que é dado como reproduzido na acta, com o número onze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

**3. Que a Assembleia Municipal declare o interesse público daquelas instalações, para efeitos de cedência por ajuste directo.** -----

**FUNDAMENTOS:** 1. De acordo com o previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro; -----

2. Nos termos do previsto na alínea a) do n.º 1 do artº 29 do Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 313/80, de 19 de Agosto.” -----

O senhor Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o senhor Presidente colocou a proposta, de imediato, a votação, tendo a mesma sido **aprovada, por unanimidade.**” -----

--- **i) Desafecção do domínio público de uma parcela de terreno com a área de 18 m2, para anexar ao prédio urbano nº 161, sito no Bairro da Atalaia Norte, na Cidade de Vila Nova de Santo André;** -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** 1. Aprovar a desafecção do domínio público de uma parcela de terreno, com a área de 18,00 m2, destinada a ser anexada ao prédio urbano sito no Bairro da Atalaia Norte, nº 161 em Vila Nova de Santo André, inscrito na matriz sob o artigo 1 326º, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a ficha n.º 01440/260391, da freguesia de Santo André, a confrontar a Norte, a Sul e a Nascente com espaço do domínio público do Município e a Poente com o lote 162. -----

**FUNDAMENTOS:** De acordo com o requerido pelo Senhor António Joaquim dos Santos Coelho, conforme pareceres positivos dos Serviços Técnicos Municipais, e por não terem existido reclamações, resultantes do inquérito público. -----

Nos termos da alínea b), do n.º 4 do art.º 53º e da alínea a) do n.º 6 do art.º 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” -----

O senhor Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o senhor Presidente a colocou, de imediato, a votação, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade.**” -----

--- **j) Desafecção do domínio público de uma parcela de terreno com a área de 18 m2, para anexar ao prédio urbano nº 162, sito no Bairro da Atalaia Norte, na Cidade de Vila Nova de Santo André;** -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta: -----

“**PROPOSTA:** Aprovar a desafecção do domínio público de uma parcela de terreno, com a área de 18,00 m2, destinada a ser anexada ao prédio urbano sito no Bairro da Atalaia Norte, nº 162 em Vila Nova de Santo André, inscrito na matriz sob o artigo 6 076º, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a ficha n.º 01439/260391, da freguesia de Santo André, a confrontar a Norte com Via Pública, a Sul com o Lote 162, a Nascente com Parcela 161 A e a Poente com o lote 163. -----

**FUNDAMENTOS:** De acordo com o requerido pelo Senhor António João Marques Cabaça, conforme pareceres positivos dos Serviços Técnicos Municipais, e por não terem existido reclamações, resultantes do inquérito público.-----  
Nos termos da alínea b), do nº 4 do art.º 53º e da alínea a) do nº 6 do art.º 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

O senhor Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o senhor Presidente a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**”-----

-----  
**---k) Desafecção do domínio público de uma parcela de terreno, designada por Parcela A, com a área de 40,50 m2, destinada a ser anexada aos módulos 24, 25 e 26, sito na Zona Comercial de Alvalade;**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Aprovar a desafecção do domínio público de uma parcela de terreno, designada por Parcela A, com a área de 40,50 m2, destinada a ser anexada aos módulos 24/25/26, sito na Zona Comercial de Alvalade, inscrito na matriz sob o artigo 1 834º, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a ficha nº 420/19881104, da freguesia de Alvalade, a confrontar a Norte com Espaço Público, a Sul com Módulos 24/25/26, a Nascente com Terrenos do Município e a Poente com Espaço Público.-----

**FUNDAMENTOS:** De acordo com o requerido pelo Senhor José Carlos Vargas Pacheco, conforme pareceres positivos dos Serviços Técnicos Municipais, e por não terem existido reclamações, resultantes do inquérito público.-----  
Nos termos da alínea b), do nº 4 do art.º 53º e da alínea a) do nº 6 do art.º 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

O senhor Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou de imediato a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**-----

-----  
**---l) Alienação do Loteamento Municipal “Nova Lezíria”;**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Aprovar alienar em Hasta Pública o Loteamento Municipal “Nova Lezíria” sito em Vila Nova de Santo André, constituído por 2 (dois) lotes, destinados à construção de edifícios plurifamiliares, constituídos pelos artigos urbanos 6597-P e 6598-P da freguesia de Santo André, descritos na Conservatória do Registo Predial sob as descrições números 4205/20090403 e 4206/20090403, respectivamente, cujo valor base de licitação se prevê que seja superior a 1000 vezes o índice 100;-----

**FUNDAMENTOS: 1.** A proposta de alienação do Loteamento Municipal “Nova Lezíria”, decorre da necessidade de consolidação ordenada da malha urbana de Santiago do Cacém, dada a maior procura de habitação de qualidade, como consequência do crescimento demográfico que se tem vindo a verificar.-----

**2.** Com respeito pela alínea i) do nº 2 do artigo 53º e alínea a) do nº 6 do artigo 64, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

. O documento relativo à Memória Descritiva e Justificativa do Loteamento é dado como reproduzido na presente acta com o número onze ponto um, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

O senhor Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o senhor Presidente a colocou, de imediato, a votação, tendo a mesma sido **aprovada, por maioria**, com vinte e oito votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU, seis dos eleitos do PS, quatro dos eleitos do PSD, e uma abstenção do eleito do BE, senhor Francisco Roque.”-----

-----  
**---m) Constituição de direito de superfície – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alvalade;**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA: 1.** Ceder à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alvalade, o prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo P2 145º, Fração “G”, descrito na C.R.P sob a ficha nº 1109/20030612 “G” da freguesia de Alvalade, sito no lote nº 1 do Loteamento Municipal do Mercado em Alvalade, em direito de superfície, à taxa 0, e pelo período de 70 anos, destinado a Instalações da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alvalade.-----

**2.** Aprovar as condições de constituição do direito de superfície, conforme documento em anexo.\* -----

**FUNDAMENTOS: 1.** Tendo em conta que a referida Associação já se encontra a ocupar há algum tempo, as instalações referidas; -----

**2.** De acordo com o previsto na alínea f) do nº 1 do artigo 64 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;-----

**3.** Nos termos do previsto na alínea a) do nº 1 do artº 29 do Decreto-lei nº 794/76, de 5 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 313/80, de 19 de Agosto.” -----

\* Documento que é dado como reproduzido na acta com o número doze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. O senhor Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o senhor Presidente a colocou, de imediato, a votação, tendo a mesma sido **aprovada, por unanimidade.**”-----

-----  
**---n) Atribuição de Medalhas de Mérito Municipal;**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA: Aprovar a proposta de atribuição da Medalha de Mérito Municipal a:** -----

- **Adelino António Guerreiro.** -----

- **Luís António Pereira.** -----

- **António Manuel Sobral Romão Gonçalves Nunes.** -----

- **Mário Violante.**-----

**FUNDAMENTOS:** -----

Nos termos do Regulamento de Concessão de Condecorações pelo Município Santiago do Cacém e nomeadamente dos seus artigos 3º e 9º. -----

- **Adelino António Guerreiro** – Bombeiro da Associação de Bombeiros de Alvalade, ao longo de treze anos de serviço, tem desempenhado a sua actividade de forma empenhada, com persistência, generosidade, aplicação. -----

Pessoa sempre pronta a resolver os problemas dos bombeiros com sentido de responsabilidade e dedicação seja de dia ou de noite, não regateando esforços para a resolução dos problemas. -----

- **Luís António Pereira** - Entrou para os Bombeiros de Santo André no ano de 1995. Ao longo destes 14 anos foi sempre um bombeiro exemplar sendo muitas vezes exemplo para outros camaradas seus. -----

Alem do serviço operacional colaborou sempre em eventos realizados pela Associação, e foi um dos principais elementos da Comissão de Festas de São Luís para a oferta de uma Ambulância a este corpo de Bombeiros. -----

Hoje com 60 anos ainda é um elemento assíduo e sempre disponível em colaborar com esta Associação. -----

- **António Manuel Sobral Romão Gonçalves Nunes** – Bombeiro da Associação de Bombeiros do Cercal do Alentejo, ao longo dos seus vinte e oito anos de serviço tem dedicado toda a sua capacidade e aptidão, mostrando mesmo nas mais difíceis situações o espírito e dedicação que é apanágio dos bombeiros, prestando em todas as circunstâncias o auxílio que lhe é solicitado. -----

- **Mário Violante** – Bombeiro da Associação de Bombeiros de Santiago do Cacém desde 15 de Agosto de 1969, agraciado com vários louvores e condecorações é actualmente bombeiro de 1ª classe deste Corpo de Bombeiros, tendo para além das formações necessárias para progredir na carreira de bombeiro, vários cursos de formação específica tanto na área da saúde e socorro como no combate aos fogos florestais. -----

Ao longo da sua actividade como bombeiro, serviu a causa, sempre com espírito de equipa, amigo de todos e cumpridor dos seus deveres, abdicando muitas vezes da família e do seu tempo de descanso para cumprir os serviços para que estava escalado. Nunca regateou esforços para cumprir na íntegra a sua obrigação.”-----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

O senhor Presidente propôs que fosse **dispensada a votação por voto secreto**. Proposta aprovada, por unanimidade. -----

O senhor Presidente colocou em seguida a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**” -----

## 5. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentação da informação sobre a actividade da Câmara Municipal de Fevereiro de dois mil e nove, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número treze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo senhor Primeiro Secretário a relação em **minuta das deliberações** tomadas na presente Sessão, a constar em acta. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pelo senhor Presidente, não se tendo verificado inscrições para o fazer. -----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**. -----

Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, era uma hora, do dia um de Maio de dois mil e nove. -----

Desta Sessão se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa. ----

---

---